


# UMA ANÁLISE CRÍTICA DE ADAM SMITH EM PEQUIM

## A CRITICAL ANALYSIS OF ADAM SMITH IN BEIJING

Simone Kawakami Gonçalves Costa<sup>1</sup>  
<http://orcid.org/0000-0002-3528-6796>



### RESUMO

Giovanni Arrighi, economista e historiador italiano, foi, sem dúvida, um dos mais importantes expoentes da corrente teórica conhecida como sistema-mundo. Sua última obra, intitulada *Adam Smith em Pequim Origens e Fundamentos do Século XXI*, de 2007, um ano antes de seu falecimento, foi publicada em um momento em que a situação internacional estava – e vale dizer, segue estando – marcada por novas tensões. Ainda que Giovanni Arrighi não tenha vivido para ver os desdobramentos da crise econômica de 2008, o recrudescimento das tensões entre a China e os Estados Unidos, ou ainda o surgimento de uma nova direita internacional, os questionamentos postos em sua última obra são úteis para pensar em que direção pode se dar um reordenamento do sistema internacional. Neste artigo, a tese de ascensão pacífica chinesa como potencial novo *hegemon* e provável promotor de uma nova ordem, multipolar e menos belicosa é analisada criticamente a partir de considerações postas pelas vertentes derivadas da teoria do imperialismo, além de uma avaliação da constituição de classes da China moderna.

**Palavras-chave:** China; Estados Unidos; hegemonia; imperialismo; sistema internacional.

### ABSTRACT

Giovanni Arrighi, Italian economist and historian, was undoubtedly one of the most important exponents of the theoretical current known as world-system. His last work, entitled *Adam Smith in Beijing Origins and Foundations of the 21st Century*, in 2007, a year before his death, was published at a time when the international situation was and that is to say, continues to be marked by new tensions. Even though Giovanni Arrighi did not live to see the consequences of the 2008 economic crisis, the resurgence of tensions

---

<sup>1</sup> Doutora em Economia Política Internacional pela UFRJ. Email: [etrualis@gmail.com](mailto:etrualis@gmail.com).

between China and the United States, or even the emergence of a new international right, the questions raised in his latest work are useful for thinking in which direction the international system can be reordered. In this article, the thesis of Chinese peaceful rise as a potential new hegemon and likely promoter of a new, multipolar, and less bellicose order is critically analyzed based on considerations posed by the strands derived from the theory of imperialism, in addition to an assessment of the class constitution of the Modern China.

**Keywords:** China; United States; hegemony; imperialism; international system.

## GIOVANNI ARRIGHI E A TEORIA DO IMPERIALISMO

Os primeiros anos do século XXI suscitaram diversos debates acerca da possibilidade de uma nova ordem internacional. Giovanni Arrighi (2007), economista e historiador italiano, em sua última obra intitulada *Adam Smith em Pequim Origens e Fundamentos do Século XXI*, busca analisar os traços fundamentais da decadência dos Estados Unidos como potência hegemônica, elaborando a tese de que esse processo daria espaço à ascensão pacífica chinesa. Para Giovanni Arrighi, a decadência da hegemonia norte-americana teria se iniciado com a crise de acumulação capitalista em 1970; e assumiria um caráter mais acentuado com a crise do governo de George W. Bush, apoiado no projeto dos neoconservadores de guerras unilaterais e preventivas, acelerando o questionamento do exercício de poder global por parte dos Estados Unidos. Tal percepção haveria se generalizado devido à falência dos objetivos almejados pela administração de George W. Bush com a guerra do Iraque e do Afeganistão no plano internacional. Porém, o processo de decadência da hegemonia norte-americana não assume, para o autor, o sentido de que os Estados Unidos já não mais exerceriam o papel de principal potência dominante. Essa dominação demonstraria sua vigência, sobretudo na esfera militar e cultural. Para defender essa tese, Giovanni Arrighi resgata o conceito de hegemonia tal como Gramsci o concebera para os Estados nacionais, e o adapta para analisar as relações interestatais.

Grosso modo, o conceito de hegemonia em Gramsci engloba a relação entre a sociedade civil e a sociedade política. Quando determinado grupo ou classe social torna-se hegemônico, assume não apenas o exercício de uma dominação econômica como ainda necessita deter a capacidade para dirigir o conjunto da sociedade moral, cultural e intelectualmente. Portanto, para Gramsci, dominar não equivale a exercer hegemonia, já que, para isso, os setores dominantes devem integrar as classes subalternas, gerando e apoiando-se em certo consenso constituído a partir das instituições da sociedade civil.

Dessa forma, a supremacia de um grupo social assume duas formas: “dominação” e direção moral e intelectual. Um grupo social é dominante sobre os grupos inimigos aos quais tende a “liquidar” ou submeter com a força armada, e é dirigente sobre os grupos aliados. De acordo com essa interpretação, a hegemonia está determinada pela dialética entre força e consenso. Quando a força prevalece, o que se tem é a preponderância da dominação; e quando é o consenso, há o exercício de hegemonia (Anderson, 2018).

Nesse marco, na leitura de Giovanni Arrighi (2007), há um processo a partir do qual a crescente corrosão da capacidade dos Estados Unidos em exercer hegemonia por consenso anuncia a irrupção do que se caracterizaria como “crise terminal do grande século norte-americano”. A crise capitalista internacional, iniciada nos anos 1970, cuja resolução se dará mediante uma financeirização sem precedentes da economia, combinada à retirada de direitos da classe trabalhadora dos países de economia desenvolvida (Husson, 2006), marcando o início da era do neoliberalismo, é sugerida na análise de Giovanni Arrighi (2007) como uma crise sinalizadora da decadência histórica dos Estados Unidos como potência hegemônica. Por sinalizadora, entende-se como aquela que inaugura o processo de decadência hegemônico, não se tratando necessariamente de uma crise culminante. A administração de George W. Bush, e mais especificamente a sua reação após o atentado de 11 de setembro de 2001 com a deflagração de sua agenda de guerras unilaterais, precipitou a crise terminal da hegemonia dos Estados Unidos, que estaria em processo até os dias presentes.

Sobre esse pano de fundo, as dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas que emergem nos primeiros anos do século XXI forçosamente recolocam para a análise das relações internacionais o dilema sobre qual nação, ou distribuição de poder, reuniria as condições necessárias para substituir o papel dos Estados Unidos. Decerto existem muitas interpretações que negam que a hegemonia norte-americana estaria em decadência. Há ainda as que sugerem que a situação atual seria marcada por uma “não mais” hegemonia norte-americana, que se combina com um “ainda não” da ascensão de outra potência, levando teóricos e analistas a definirem que estaríamos diante de um mundo não polar, que poderia dar lugar ao caos sistêmico ou a uma ordem multilateral (Hass, 2008).

Adentrando esse debate, Giovanni Arrighi (2007) oferece outra aposta: a de que a ascensão chinesa seria não apenas a variante mais provável para sanar a lacuna deixada pelo *hegemon* anterior, os Estados Unidos, sendo o novo centro ordenador de uma nova ordem mundial frente à *débâcle* norte-americana, como ainda abriria um momento histórico marcado por um concerto de forças mais equilibrado entre as nações que o predecessor, marcado pela hegemonia norte-americana. O que nos interessa, nesse caso, é elaborar um diálogo com o pressuposto teórico da leitura cíclica do desenvolvimento da acumulação capitalista traçado por Giovanni Arrighi, que permite sustentar sua hipótese de ascensão pacífica à qualidade de nova potência hegemônica por parte da China, e elencar algumas contradições desta para o cumprimento desse papel.

## GIOVANNI ARRIGHI E OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Sempre tomando seu *Adam Smith em Pequim*, podemos dizer que o marco teórico de Giovanni Arrighi se fundamenta no fato de que o capitalismo havia se desenvolvido com base em ciclos sistêmicos de acumulação. Assim, o autor parte de uma tentativa de captar a dinâmica de desenvolvimento internacional do capitalismo, nascido em fins da Idade

Média quando tem lugar a primeira grande crise financeira do século XVI, até se constituir como um sistema planetário, que se distingue em cada momento histórico pela existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia sistêmica. Isso implica uma distinção dos papéis que cada nação cumpre no sistema internacional, no qual há uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema. Cada momento marcado pela dominação de determinado ciclo hegemônico se caracteriza por um ordenamento social, político, cultural e ideológico orientado pelas feições próprias dessa economia determinada, que estende seus valores e ideais por todo o mundo. Cada um dos ciclos econômicos, que perfazem para os teóricos do sistema-mundo “séculos longos”, encontra suas fases declinantes na crescente predominância do capital especulativo e financeiro, levando a crises de proporções históricas no âmbito da economia, que fatalmente se fazem sentir na esfera política de dominação mundial. Assim, Giovanni Arrighi resgata os ciclos de desenvolvimento capitalista desde o século XVI, e estabelece um padrão que se repete até os nossos dias.

[...] quatro ciclos deste tipo, cada um deles englobando um século longo: o ciclo holandês, do fim do século XVI ao fim do XVII; o ciclo britânico, de meados do século XVIII ao início do XX, o ciclo norte-americano do fim do século XIX até a mais recente expansão financeira. Cada ciclo recebe o nome do complexo específico que o definiu e conduziu o sistema capitalista mundial rumo à expansão material e, em seguida, à expansão financeira. Os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação sobrepõem-se uns aos outros no início e no fim, porque as fases de expansão financeira foram não apenas o ‘outono’ e evoluções importantes do capitalismo mundial, como também períodos em que um novo complexo governamental e empresarial dominante surgiu e, com o tempo reorganizou o sistema, tornando possível nova expansão (Arrighi, 2007, p. 240).

O momento presente estaria então determinado pela sobreposição de ciclos sistêmicos. Para Giovanni Arrighi, a China emerge como o novo complexo dominante não apenas pelo crescimento experimentado desde a abertura promovida por Deng Xiaoping nos anos 1980 mas também pela sua própria trajetória histórica. Apropriando-se de alguns dos conceitos elaborados sobre o desenvolvimento econômico legado por Adam Smith, Giovanni Arrighi aponta que o país asiático teria trilhado o caminho “natural” de desenvolvimento. Esse deveria ser entendido como aquele em que “a maior parte do capital é em primeiro lugar dirigido para a agricultura, depois para a manufatura, e por último para o comércio exterior” (Arrighi, 2007, p. 51). Assim, Arrighi, inspirando-se em Adam Smith, distingue o desenvolvimento da economia de mercado e o desenvolvimento capitalista como duas vias distintas e particulares. Isso teria levado a que o Oriente se caracterizasse por Estados fortes, mas não beligerantes, ao contrário do Ocidente, cuja dominação econômico-estatal capitalista levou à expansão territorial e à disputa pelo mundo com base em guerras. De acordo com o autor:

A extroversão da luta de poder europeia foi um dos principais determinantes para a combinação peculiar entre capitalismo, militarismo, e territorialismo que impulsionou a globalização do sistema europeu. A dinâmica oposta do sistema asiático-oriental, no qual a introversão crescente da luta pelo poder gerou uma combinação de forças políticas e econômicas sem tendências à expansão territorial “interminável” (Arrighi, 2007, p. 54).

Tendo em vista que cada nação hegemônica em ascensão transforma suas peculiaridades econômicas, culturais e sociais em universais, a decorrência da ascensão chinesa seria, portanto, para o autor, a irrupção de um equilíbrio de forças internacionais mais equitativo, marcado pelo predomínio do consenso em detrimento da força, proveniente do próprio caráter do desenvolvimento histórico oriental.

Quando comparamos sua dinâmica [do sistema Ocidental com o Oriental] duas diferenças fundamentais tornam-se evidentes. Em primeiro lugar, a dinâmica do sistema europeu caracterizava-se pela incessante competição militar entre seus componentes nacionais e pela tendência à expansão geográfica tanto do sistema quanto de seu centro mutável. Longos períodos de paz entre as potências europeias eram a exceção, não a regra [...]. Em forte contraste com esta dinâmica, o sistema de Estados nacionais da Ásia oriental destacou-se pela quase ausência de competição militar interna, e expansão geográfica externa. Assim, com exceção das guerras de fronteiras da China, [...] os estados nacionais do sistema asiático-oriental, antes de sua incorporação subordinada ao sistema europeu, viveram em paz durante trezentos anos (Arrighi, 2007, p. 240).

Um dos grandes problemas teóricos que suscita interesse a partir dessa afirmação encontra-se na relação existente entre a análise do desenvolvimento histórico da Ásia Oriental como um processo predominantemente pacífico, e sua relação com a tese de renovação cíclica do capital, presente nas principais obras de Giovanni Arrighi. Apesar de ter afirmado que todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos em dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal (Arrighi, 1999), e a noção de que a China poderia emergir pacificamente parece indicar outro sentido. No caso, o de uma preponderância da sua constituição histórica mais pacífica se comparada às formações das potências ocidentais. Essa concepção vem imbuída da ideia de um movimento de repetição de um ciclo de declinação-emergência das potências hegemônicas. A aposta de Giovanni Arrighi pela ascensão pacífica chinesa, e os seus efeitos no sistema internacional, pode ser otimista, porquanto prevê uma hegemonia pacífica, que venha equilibrar os poderes. Sua leitura indica que o “caos sistêmico” não deve ser apreendido de uma perspectiva catastrófica. As crises que se abrem quando um momento de acumulação capitalista atinge seu fim e se inicia a expansão financeira de uma nova potência hegemônica, apesar de gerar um aprofundamento da competição interestatal entre as potências do centro e os processos sociais, sempre são resolvidas pela substituição da antiga hegemonia por um novo poder estatal e econômico emergente.

O ponto crítico dessa análise é que não está posta a possibilidade teórica de uma ruptura, ou transformação qualitativa pensada em termos históricos, como, por exemplo, foram as revoluções do início do século XX, ou ainda as grandes guerras envolvidas na substituição da hegemonia britânica pela norte-americana. Ainda que tenha dado destaque para o papel das guerras nos processos de mudança hegemônica, em especial em *O longo século XX*, Arrighi (2007) tende a dissipar esse fator. As transformações entre as distintas hegemônias fazem com que complexidades se agreguem a cada novo ciclo, por conta do incremento constante de tamanho e poder alcançado pelos *hegemons*.

Nessa perspectiva, a análise, mesmo sendo extremamente rica em elementos históricos, não apreende as implicações do processo de complexificação das relações interestatais, e seus impactos, em termos sociais e políticos, são para além dos econômicos, envolvidos nos processos de ascensão e queda das potências hegemônicas. Basta notar que o crepúsculo da hegemonia britânica e a ascensão dos Estados Unidos em seu lugar foram marcados por duas guerras mundiais e tantos outros processos revolucionários que se imbricam em meio àquelas e que transformaram o mapa do sistema. Ainda que em suas obras Giovanni Arrighi nomeie esses processos, a hipótese de uma ascensão absolutamente pacífica da China à qualidade de um novo *hegemon* parece ser questionável, na medida em que o padrão das recentes potências hegemônicas foi marcado pelas maiores convulsões sociais da história contemporânea.

Em outras palavras, esse método que parte de que haveria uma hierarquia dinâmica entre o poder estatal e a empresa capitalista acaba fornecendo linhas de uma abordagem histórica e da estrutura do mercado mundial capitalista que ignora a possibilidade de existência de relações de produção distintas. Assim, oferece uma análise de que os traços assumidos pelo desenvolvimento do mercado mundial criado pelo capital mercantil, há cinco séculos, atenderam aos mesmos padrões que o capitalismo atualmente. Tal leitura pode revelar, com muita riqueza de elementos históricos, momentos fundamentais da constituição capitalista, mas sem que se dê a devida importância aos processos sociais e conflitivos que moldaram os ciclos de acumulação ao longo dos séculos, e que foram responsáveis por transformar suas feições.

Tais teses poderiam encontrar bases em orientações nas diretrizes apresentadas pela China sobre a sua posição no sistema internacional após a revolução maoísta de 1949, em especial, pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. No imbricado contexto da Guerra Fria, a China e a URSS intercalavam momentos de colaboração com outros de tensão aberta, evidenciando que, no caso de tais relações, não se tratava de uma cooperação automática orientada pelo objetivo estratégico de expandir o socialismo, mas de aspirações tipicamente nacionais. Abordar em profundidade todos os reverses da relação sino-soviética na década de 1950 supera os objetivos do presente trabalho. Porém, cabe ressaltar que a definição acima posta fora crucial para a elaboração da política externa chinesa nas décadas seguintes, que levaria a um aumento das tensões entre ambos os países até chegar ao ponto culminante da ruptura de relações. Kissinger relata o período observando a movimentação em torno da guerra da Coreia em 1950:

Em 19 de outubro, depois de vários dias de protelação à espera de uma garantia de suprimentos soviéticos, Mao ordenou que o exército entrasse na Coreia. Stalin prometeu apoio logístico substancial, contanto apenas que não envolvesse confronto direto com os Estados Unidos (por exemplo, cobertura aérea sobre a Manchúria, mas não sobre a Coreia). A desconfiança mútua era tão desenfreada que Zhou nem bem regressara a Moscou, de onde podia se comunicar com Pequim, e Stalin aparentemente já voltara atrás [...]. Ambos os líderes comunistas haviam explorado as necessidades e inseguranças um do outro. Mao conseguira obter os suprimentos militares soviéticos para modernizar seu exército [...] e Stalin amarrara as mãos da China num conflito com os Estados Unidos na Coreia (Kissinger, 2011, p. 135).

Zhou Enlai, o proeminente primeiro-ministro da República Popular da China de 1949 até sua morte em 1976, e o responsável pelo delineamento de uma nova orientação diplomática, que visava primeiramente a sedimentar o prestígio internacional do país, esteve no funeral de Stalin e foi o responsável por estreitar as relações com a União Soviética (URSS). No decorrer do ano de 1954, as negociações com Nikita Krushev prosperaram e, pela primeira vez naquele ano, o principal dirigente soviético visitou Pequim, seguido de uma cooperação para a fabricação de armamentos que se prolongou até o ano de 1955. Essa reaproximação não se constituía como um acontecimento fortuito, mas estava relacionada à elaboração das diretrizes oficiais contidas nos *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica*, elaboradas por Zhou Enlai no ano de 1955. De acordo com essas orientações – que foram adotadas como uma espécie de normatização oficial das relações internacionais após a guerra entre o Vietnã e a França em 1954 –, a atuação dos países na esfera internacional deveria se caracterizar pelos princípios de respeito mútuo e não agressão da soberania nacional, não agressão entre as nações, não intervenção nos assuntos internos de um país, igualdade e benefícios recíprocos e, por fim, coexistência pacífica entre os Estados de determinação de classe distintos. Ou em outros termos, coexistência pacífica entre países capitalistas e os do “socialismo real”.

Tais princípios adotados a partir da Conferência de Bandung pelos países conhecidos como parte do Movimento dos Não Alinhados<sup>2</sup> teve como principais expoentes o Egito, a China e a Iugoslávia. Buscava oferecer uma agenda em favor da descolonização, salvaguardando-se, no entanto, da possibilidade de que isso se desse a partir de levantes anticolonialistas. Dessa maneira, buscavam adotar uma política de descolonização pactuada, que se combinava com uma reivindicação de desenvolvimento econômico. Em certo sentido, pode-se considerar que o Movimento dos Não Alinhados era uma tentativa de resposta por parte das classes dominantes de tais nações à ascensão da ordem instaurada pela época imperialista, segundo a qual a disputa se daria no momento atual pela exportação e extração de capitais provenientes das nações imperialistas, e não mais da exploração tipicamente colonialista. Mas sua existência não atendia apenas à aspiração das classes dominantes como também teria o objetivo de controlar os intensos movimentos populares nacionalistas nos países outrora coloniais, que tiveram seu ápice durante a década de 1950.

Dessa maneira, em troca da aceitação da conformação de Estados formalmente independentes, seriam estabelecidos os pactos responsáveis pela normatização das relações econômicas correspondentes. Na esfera das relações interestatais, portanto, o Movimento dos Não Alinhados assumiria também a feição de uma independência discursiva em relação aos blocos da Guerra Fria, pois como desenvolveremos a seguir, a política internacional dos países Não Alinhados não foi marcada por uma real independência em relação às principais potências mundiais. No que se refere à China, a adoção dos *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica* atendia a uma necessidade de garantir alguma salvaguarda frente

<sup>2</sup> Movimento composto pelas nações semicoloniais e dependentes, para usar a categorização contida na teoria do imperialismo dos tipos de Estados existentes.

às duas principais potências do sistema internacional, os Estados Unidos e a URSS, constituindo assim um movimento defensivo, em meio a uma realidade marcada por um equilíbrio instável.

Ainda que a diplomacia chinesa jamais tenha abandonado os *Cinco Princípios*, e esses se constituam como a diretriz vigente até o momento, sua execução não se deu literalmente, o que denota a diferenciação entre as movimentações diplomáticas das políticas concretizadas efetivamente em cada momento. Esses preceitos, quando aplicados concretamente à análise das relações sino-soviéticas, oferecem algumas indicações de relevância para a apreensão da política externa de ambos os países a partir de 1961. Primeiramente, pode-se retomar que o ano de 1961 foi de grande relevância para as tensões internacionais, porquanto marcou a construção do Muro de Berlim, em uma tentativa de conter a evasão dos alemães da República Democrática da Alemanha para a parte Ocidental do país, e já anunciava a Crise dos Mísseis em Cuba, que ocorreria um ano depois. Nesse sentido, tratou-se de um período marcado pelo agravamento das relações entre a União Soviética e os Estados Unidos, que impactou o conjunto da geopolítica mundial de então, contexto que como resposta daria lugar a uma crescente e contínua aproximação da China com os Estados Unidos em detrimento da URSS. Tal aproximação apenas recentemente entrou em questionamento, em especial, após a crise econômica internacional de 2008, em que esta começou a ser questionada abertamente, seja na plataforma do ex-presidente estadunidense Donald Trump, que buscou redirecionar o centro da política externa estadunidense do Oriente Médio para a China, seja nas aproximações diplomáticas desta com a Rússia. No entanto, cabe ressaltar que a plataforma chinesa de ascensão pacífica serviu antes a interesses defensivos – pavimentando o caminho para uma aproximação dos Estados Unidos de modo a que assim pudesse fazer frente à URSS, em uma movimentação típica das relações interestatais – do que a um desenvolvimento distinto, como sugere Arrighi (2007).

## A TEORIA DO IMPERIALISMO E A CRÍTICA DA REPETIÇÃO CÍCLICA

Para o exame dessa questão é interessante, portanto, traçar um contraponto com as vertentes encontradas nas leituras marxistas sobre os ciclos de acumulação e de formação histórica das potências, sua relação com a periferia do sistema e inserção na divisão internacional do trabalho. Como se sabe, na teoria marxiana, a luta de classes assume o papel de atuar como o “motor da história”. Ou seja, o enfoque preponderante no modo de produção como elemento determinante e ordenador do conjunto das relações econômicas, políticas e sociais não se descola dos sujeitos históricos que atuam em cada momento particular. Afirmar que a luta de classes é o motor da história é algo que se poderia traduzir pela noção de que os conflitos constantes – em primeiro lugar, entre as classes no interior de cada nação, mas também entre os distintos Estados, pela apropriação do excedente da produção – moldaram distintas feições do processo de acumulação capitalista. A correlação



de forças de uma classe em determinado momento histórico, bem como a existente entre os países centrais em relação aos periféricos, e, acima de tudo, a possibilidade de ruptura da ordem existente, são determinantes para que se compreenda o desenvolvimento e as transformações do capitalismo e de seu padrão de acumulação. Dessa maneira, mesmo que possa haver elementos que sugiram um padrão cíclico de acumulação de capital, não se pode tomá-los como preponderantes em relação aos conflitos.

A esse respeito, Marx não desenvolveu as reflexões que previa tratar em profundidade em *O Capital*, isto é, as consequências disso para os conflitos entre as nações, as guerras e sua relação com as revoluções, a natureza das crises capitalistas e uma teoria do Estado pós-revolução socialista. Isso ocorreu não apenas pelas imensas dificuldades materiais que são amplamente conhecidas nos momentos em que elaborou *O Capital* mas também porque o próprio avanço do capitalismo em escala mundial ainda não havia atingido sua maturidade, o que fora uma condição fundamental para a análise do surgimento do imperialismo. Coube à literatura marxista, da virada do século XIX para o século XX, o exame mais aprofundado da natureza do imperialismo. Nas tradições típicas das correntes teóricas referenciadas no marxismo, o conceito de *imperialismo* é essencial para a reflexão da distribuição de poder entre os Estados, e para a própria caracterização da natureza de cada um deles.

A primeira formulação de cunho integral deu-se a partir da obra do economista marxista húngaro Rudolf Hilferding (1981), com a publicação de *O capital financeiro*. Embora a obra *Imperialismo*, de John Atkison Hobson (1965), seja datado em 1902 e já abordasse o nascimento do monopólio, esse não considerava que se trataria de uma mudança de época do capitalismo. Nesse escrito, Hilferding (1981) sintetizaria diversos conceitos que posteriormente seriam integrados à leitura de Lênin em relação às transformações mais importantes que operam no capitalismo mundial desde a morte de Marx. Dentre estas transformações, Hilferding (1981) assinala a importância crescente dos cartéis e dos trustes, isto é, da concentração monopólica como o fundamento do imperialismo. Como parte indissociável desse processo, analisa também o novo papel dos bancos que crescentemente se fundiram com o capital industrial. Para lançar luz sobre esse processo, Hilferding realiza um exame bastante aprofundado sobre o papel do crédito e do próprio dinheiro, sem o qual não se podem apreender as transformações econômicas que marcaram a virada do século XIX para o século XX.

Para o economista austríaco, a transformação fundamental do capitalismo vigente naquele momento era a existência e a crescente importância de um mercado acionário. Dessa forma, o capitalista que outrora empregava seus recursos na produção industrial passa a dispor crescentemente do volume total de capital-dinheiro disponível na economia em seu conjunto, sendo esse um aspecto essencial que levaria à fusão do capital bancário e industrial. Combinado a isso, têm lugar os cada vez mais significativos acordos de créditos às sociedades por ações, o que, por sua vez, torna mais fácil a supervisão da gestão do capital empregado. Nesse contexto, tal movimento de capital estabeleceria o nexos existente entre tais organizações, favorecendo a busca pela definição de preços no mercado, de modo a garantir o lucro dos grandes conglomerados:

Os termos de um acordo que estabelece um consórcio monopolista são definidos pelo seu objetivo, que é aumentar o lucro através do aumento dos preços. A maneira mais simples de fazer isso é firmar um acordo de preços. Mas os preços não são arbitrários; eles dependem da oferta e da demanda. Um mero acordo de preços só será eficaz em períodos de prosperidade, quando os preços tendem a subir, e mesmo assim apenas até certo ponto. Os preços mais elevados incentivam a expansão da produção, a oferta aumenta e, no final, o acordo de preços não pode ser mantido, de modo que este tipo de cartel normalmente entra em colapso, o mais tardar quando chega uma depressão. Para que o cartel perdure, o acordo deve ir mais longe e estabelecer uma relação entre a oferta e a procura, de modo a que o preço de mercado acordado possa ser mantido. Deve, portanto, regular o abastecimento e fixar quotas de produção. A prossecução de uma tal política é certamente do interesse do cartel como um todo, mas nem sempre dos membros individuais, que poderiam reduzir os seus custos de produção através da expansão da produção e são constantemente tentados a contornar os regulamentos do cartel. A melhor proteção contra tais evasões é retirar dos membros a função de vender o produto e atribuí-la a uma agência central de vendas do cartel (Hilferding, 1981, p. 205, tradução nossa<sup>3</sup>).

De acordo com as conclusões às quais chega acerca do desenvolvimento dos monopólios, a competição seria desfavorável na medida em que se daria entre grandes conglomerados igualitários, que já teriam eliminado as empresas de pequeno e médio porte. Nesse sentido, Giovanni Arrighi (1999), em *O Longo Século XX*, traça um breve diálogo com Hilferding, para, em seguida, refutá-lo, ao afirmar que:

Hilferding contempla o mundo do capital como uma série de possibilidades, dentro das quais a variedade financeira, um resultado muito recente de acordo com o que ele considera, tende a predominar sobre as demais, penetrando-as desde dentro. É uma opinião com a qual eu estaria disposto a estar de acordo, com a salvaguarda de que eu entendo que a pluralidade do capitalismo data de tremendamente atrás. O capitalismo financeiro não era nenhum recém-nascido em princípios do século XX; sustentava inclusive que no passado, digamos em Gênova ou Amsterdã [...] o capital financeiro se encontrava já em condições de ter o controle e dominar, durante um tempo pelo menos, todas as atividades do mundo empresarial. (Arrighi, 1999, p. 195).

Dessa forma, Giovanni Arrighi reafirma sua visão de ciclos sistêmicos da acumulação capitalista contra a de Hilferding, realizando uma espécie de justaposição de épocas. O fundamento, e principal lacuna dessa abordagem, reside em que é difícil equiparar o capital-dinheiro acumulado pelos comerciantes das cidades-estados italianas ao capital-dinheiro da Holanda, que foi utilizado para conceder empréstimos às distintas casas reais da Europa, com o excedente de capital alcançado, o que, por sua vez, possibilitou o

---

<sup>3</sup> “The terms of an agreement establishing a monopolistic consortium are defined by its purpose, which is to increase profit by raising prices. The simplest way of doing this is to enter into a price agreement. But prices are not arbitrary; they depend upon supply and demand. A mere price agreement will only be effective in periods of prosperity when prices tend to rise, and even then only to a limited extent. Higher prices encourage an expansion of production, the supply increases, and in the end the price agreement cannot be maintained, so that this type of cartel usually collapses, at the very latest when a depression arrives. If the cartel is to endure the agreement must go further and bring about a relationship between supply and demand such that the agreed market price can be maintained. It must therefore regulate the supply and set production quotas. The pursuit of such a policy is certainly in the interest of the cartel as a whole, but not always in that of the individual members, who could lower their production costs by expanding production, and are constantly tempted to circumvent the cartel regulations. The best protection against such evasions is to remove the function of selling the product from the members, and to assign it to a central sales agency of the cartel”.

desenvolvimento da grande indústria. Nesse sentido, mais dificultosa ainda resulta ser a tentativa de compreender como teria se dado a extensão do capital industrial por todo o globo, que atuou como responsável pela conseqüente exacerbação da competição entre as nações por recursos, que seria, em seguida, substituída por mercados para exportação de capitais, e atualmente pela financeirização que assume formas absolutamente particulares.

Por sua vez, quem dará conta desse processo combinando suas dimensões, partindo de Hilferding, mas extrapolando seus limites, é Lênin. Como assinala Wilfred Dotschalch:

Lênin também critica quando escreve a propósito da definição do capital financeiro por Hilferding como “capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam”: Essa definição é incompleta na medida em que não indica um dos momentos mais importantes: a concentração sempre maior da produção e do capital a um ponto tal que a concentração conduz e conduziu ao monopólio. Lênin coloca a gênese do capital financeiro, e o conteúdo desse conceito, na concentração da produção, nos monopólios nascidos dessa concentração e no domínio dos bancos sobre a indústria [...]. Em Hilferding (há) uma suposição: um cartel geral poderia regular conscientemente toda a produção capitalista. Admitir essa hipótese torna supérflua a solução revolucionária das contradições de ordem social existentes. Ela suscita a esperança de estabelecer uma ordem socialista por reformas pacíficas (Dotschalch, 2011, p. 62).

Lênin (1984) oferecerá outra interpretação do fenômeno do imperialismo. Em sua obra *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916, sintetiza alguns dos fundamentos que o levam a defender que o imperialismo não seria apenas uma nova fase da acumulação capitalista. De acordo com suas teses, o imperialismo inaugurou uma nova época, em que a concentração de capital e o advento dos monopólios se traduziriam no âmbito das relações entre as classes e os Estados, em uma época de “crises, guerras e revoluções”.

Um primeiro elemento constitutivo das transformações do capitalismo seria a passagem do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopólico, cuja expressão mais significativa encontra-se na concentração de capital. Para ilustrar esse movimento, Lênin recorre a dados econômicos de países como a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, na busca por captar como se dera essa transformação. Ele comparou o nível de concentração de capital durante a década de 1880 do século XIX com os índices existentes durante a primeira década do século XX:

Na Alemanha, por exemplo, em cada 1000 empresas industriais no ano de 1882, apenas 3 eram grandes empresas, isto é, empregavam mais de 50 operários assalariados. Em 1894 eram 6, e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes respectivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor, e aos motores elétricos. [...] Noutro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. Neste país, a estatística considera à parte a indústria, na acepção estrita da palavra, e agrupa os estabelecimentos de acordo com o valor da produção anual. Em 1904 havia 1900 grandes empresas (num total de 216180, isto é, 0,9%), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1400 000 operários (num total de 5500000, ou seja, 25,6%) e o valor da produção ascendia a 5600 milhões (em 14800 milhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3060 empresas (num total de 268491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6600 000, isto é, 30,5%) e 9 bilhões de produção anual (Lênin, 1984).

Lênin aponta que quanto mais intensa for a competição capitalista, mais profundamente operam as tendências à concentração da produção o que, por sua vez, abre caminho para a formação dos monopólios. Com o avanço da industrialização, dão-se também acirradas disputas entre as burguesias industriais de cada um dos países mais avançados, que buscam organizar-se para disputar mercados de forma organizada. Assim, o modo de produção capitalista passou por importantes transformações até alcançar, no final do século XIX, a forma de cartéis, que se originaram a partir da necessidade dos grandes grupos capitalistas nacionais em estabelecer determinados acordos entre si. Tais acordos deveriam viabilizar sua existência em meio às crises econômicas, que com o próprio avanço do capitalismo se tornam mais recorrentes. Posteriormente, os cartéis passaram a ser parte orgânica da economia capitalista, sobretudo nos países avançados, como pilares que passam a estruturar a base econômica da sociedade.

Nas palavras de Lênin, isso resulta em um “gigantesco progresso na socialização da produção”, e consequentes avanços tecnológicos. Essa evolução se opera porque a partir da concentração da produção permite-se saber, por exemplo, “uma estimativa aproximada de todas as fontes de matérias-primas de um país, ou de vários países de todo mundo”, questão que se estende para as inovações tecnológicas (Lênin, 1984). Nesse sentido:

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas contra sua vontade e sem que disso tenha consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção torna-se social, mas a apropriação continua privada. Os meios de produção permanecem sob a forma da propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência, que se reconhece nominalmente subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre o restante da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais intolerável (Lênin, 1984).

Assim, os detentores do capital monopólico voltam-se contra os pequenos e médios produtores, fixando preços de matérias-primas de modo a aniquilar outros competidores; impedem que os capitalistas menores lhes façam concorrência; fusionam-se para ampliar o seu domínio sobre os mercados. Portanto, os monopólios não eliminam a concorrência, pelo contrário, elevam-na a um grau máximo, que envolve não somente as frações da classe burguesa no interior de cada país como ainda a competição entre os Estados. Quanto mais um país reúne grupos monopólicos em seu interior, mais capital detém, constituindo-se, dessa maneira, em um país imperialista. Como resultante desse processo, a época imperialista é entendida, portanto, como o fim do capitalismo de livre concorrência.

As transformações do capitalismo terminam levando também a mudanças no papel das instituições financeiras. Durante a época do capitalismo de livre-concorrência, o papel do crédito e dos bancos restringia-se, grosso modo, a ser mero intermediário de pagamentos. Quando a concentração da produção tem lugar, o volume de capital necessário para alimentar os monopólios aumenta. O crédito amplia sua importância para a realização de capital, o que leva a que o lucro dos grandes bancos aumente igualmente. A emergência

de operações baseadas em capitais futuros também se amplifica, ainda que de maneira completamente distinta da proliferação do capital especulativo típico da segunda metade do século XX.

Ao monopólio produtivo segue-se o surgimento do monopólio bancário. Os bancos deixam de atuar como meros intermediários, e passam a subordinar, a partir de um punhado de operações, a sociedade como um todo, já que conhecem o segredo comercial das indústrias. Dessa maneira, dominam a economia de conjunto, controlando o crédito às empresas, passando a determinar sua sorte ao se transformarem em fornecedores de capitais. Com base na contabilidade dos grandes bancos é que se conhece a realidade de toda a classe capitalista, bem como de empresários médios e dos trabalhadores. Dessa maneira, os bancos são as instituições que conhecem materialmente o estado geral da economia não apenas de determinados ramos da produção mas também de toda uma nação, e atualmente, pela interligação da rede bancária, de vários países do mundo.

Essa transformação do papel dos bancos, exacerbada no presente, é o fundamento da fusão do capital industrial com o capital bancário, responsável por criar as condições para o domínio inquestionável do capital financeiro. O conceito de *capital financeiro*, para Lênin, não está circunscrito ao capital especulativo. Por *capital financeiro*, Lênin compreende a junção de dois ramos capitalistas, a saber, o capital produtivo, ou industrial, e o capital bancário.

Isso eleva ainda mais a dominação dos monopólios, a partir da compra de ações de outros grandes bancos e conglomerados produtivos, abrindo uma época de intensa simbiose entre os altos executivos bancários – pelo conhecimento que detêm acerca do estado da economia e dos vários monopólios – e os membros dos altos escalões dos governos. De acordo com Lênin:

A união pessoal dos bancos e das indústrias é completada pela “união pessoal” de uns e outros com o governo. Lugares nos conselhos fiscais, escreve Jeidels, são livremente oferecidos a personalidades do Estado que possam facilitar consideravelmente as relações com as autoridades... Geralmente no conselho fiscal de um grande banco encontra-se um membro do Parlamento ou membro da municipalidade de Berlim. Portanto, a estruturação e, por assim dizer, e o pôr em marcha dos grandes monopólios capitalistas, prosseguem a todo vapor por todos os meios “naturais” e “sobrenaturais”. Daí resulta uma divisão sistemática do trabalho entre algumas centenas de reis das finanças da moderna sociedade capitalista (Lenin, 1984).

Esse processo exacerbou a competição interestatal e a divisão internacional do trabalho. Essa competição entre os países imperialistas para dominar os negócios e mercados de países semicoloniais define a partilha do mundo. Mas essa partilha concretizada na exportação de capitais imperialistas não se dá apenas sob a forma de investimento direto, isto é, na produção e na construção de grandes obras nos países da periferia do sistema. Ocorre também sob a forma de empréstimos a juros exorbitantes entre países distintos, que criam as condições para a ingerência capitalista sobre as nações, tanto política quanto economicamente.

Dessa forma, a ascensão da época imperialista resulta igualmente em uma nova caracterização das nações de acordo com distintos graus de dependência que manteriam em relação aos imperialismos mais importantes. Lênin assinala sobre isso que:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países os que possuem colônias e as colônias, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolônia, indicamo-la já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina. “A América do Sul e, sobretudo a Argentina diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico encontra-se em tal dependência financeira frente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa”. Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, ascendiam a 875 milhões de francos. Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro e à sua fiel “amiga”, a diplomacia da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial (Lênin, 1984).

Essa definição sobre o caráter dos Estados deve ser apreendida, portanto, não a partir de uma definição de suas bases econômicas e políticas encerradas em suas próprias fronteiras. Antes de tudo, trata-se de uma relação estabelecida entre os Estados, que se desenvolve na arena internacional. São relações interestatais de natureza conflitante, definidas em essência na submissão de certos Estados por outros. A partilha do mundo, entendida como transformações profundas na divisão internacional do trabalho não são pacíficas, e aqueles Estados que nela chegaram atrasados estão em más condições para pleitear um lugar mais destacado:

[...] em fins do século XIX e princípios do século XX a partilha do mundo já havia “terminado” [...] A época do capitalismo moderno mostra-nos que entre os grupos capitalistas se estabelecem certas relações baseadas sobre a partilha econômica do mundo e que paralela e conseqüentemente se estabeleceram entre os grupos políticos, entre os Estados, relações baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelos territórios econômicos (Lênin, 1984).

Ainda que a teoria do imperialismo traçada por essa perspectiva não exclua conjunturas marcadas pelo predomínio da estabilidade, em que os acordos diplomáticos assumem a dianteira do concerto de forças entre as nações, é evidente que seu pressuposto se localiza em oposição às análises segundo as quais se poderia rumar para a ascensão pacífica de um novo *hegemon*.

O “longo século XX” – para retomar a nomenclatura de Giovanni Arrighi com suas duas guerras mundiais e diversas revoluções – parece confirmar essa hipótese de Lênin, pelo menos no que se remete à dinâmica assumida naquele contexto histórico. Transcorridas as primeiras duas décadas e meia do século XXI, ainda existem muitas interrogantes sobre quais rumos este século tomará. O que se pode notar, com contornos algo mais nítidos que em seus primeiros anos, é que a hipótese de ascensão chinesa à qualidade de nova potência hegemônica não é tão isenta de contradições. Se, por um lado, seu papel de fornecedora de manufaturas baratas para o mercado mundial tem dado lugar crescentemente ao polo de desenvolvimento de tecnologias avançadas, completando-se com exportação de capitais para diversas áreas da América do Sul e da África, por outro, a transformação de sua localização em potência hegemônica exigiria outras inovações, em outros campos. Em primeiro lugar, inovações em suas posições militares, que apesar de terem passado por um incremento, deveriam sair da atual posição defensiva para uma ofensiva. Isso não apenas em sua área de influência, mas junto ao conjunto do globo.

Em segundo lugar, que também poderia ser o objeto de outro estudo próprio, o exercício da hegemonia mundial por uma potência oriental encontra diversas dificuldades culturais e de ordens semelhantes. Dessa forma, a concepção de Giovanni Arrighi de um novo reordenamento da ordem mundial em torno da China implica fatores mais complexos que a ascendência econômica, e mesmo em importância geopolítica, já que as tendências às guerras não apenas seguem vigentes, como ainda estão se manifestando mais próximas ao centro do sistema internacional, como é o caso da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Por sua vez, ainda que em decadência, os Estados Unidos conservaram sua posição de potência hegemônica assumindo para si o papel de atuar como interventor mundial.

Portanto, a noção de ascensão pacífica propalada pela China como norte das relações internacionais desde a era de Zhou Enlai torna-se uma hipótese de difícil confirmação se tem como objetivo não apenas emergir como uma potência de fundamental importância mas também como a potência hegemônica. Se forem tomados os fundamentos contidos na teoria leninista do imperialismo, se a movimentação chinesa no plano das relações internacionais não se pautou por enfrentamentos com as principais potências, ou mesmo por se postular como um substituto hegemônico aos Estados Unidos, isso se deve mais às debilidades chinesas para emergir como potência imperialista, que podem ter encontrado expressão política e ideológica nas diretrizes da ascensão pacíficas, mas que encontram sua determinação fundamental na sua estrutura econômica, política e social (Ching, 2004). Isso não descarta, porém, movimentações militares defensivas, represálias discursivas em relação a aspectos dissonantes envolvendo os Estados Unidos e a China.

Ademais, conforme a crise capitalista internacional se iniciou, ocorreu um movimento de indagações sobre a possibilidade de uma ascensão pacífica da China. O debate nacional no interior do país encontrou-se marcado pelo questionamento dessa noção, na medida em que o encontro da China com o sistema internacional gerado pelas potências imperialistas ocidentais lançava de maneira explícita a autopercepção chinesa sobre as vias de seu ascenso. Inicia-se a era em que as discussões sobre a relação da China com o conjunto das potências, e mundialmente, estão pautadas não pela sua fragilidade ou

seus temores mas justamente pela sua fortaleza e seu papel de primeira importância no sistema internacional. Sistema esse que, não é demasiado reforçar, não foi elaborado pelos preceitos chineses, nem de acordo aos seus valores.

Nesse sentido, o debate onipresente desde a modernização chinesa das últimas décadas, e que perpassa tanto o seu modelo econômico como os contornos de sua inserção nas relações internacionais, continua girando em torno da disjuntiva entre voltar-se para o seu vasto interior, ou ascender ainda mais como uma nação que, do ponto de vista geopolítico, não apenas seja de primeira importância mas também ocupe o papel de ser o ator central. Assim, emergem vozes no interior da China que debatem a impossibilidade de o país seguir emergindo pacificamente, em grande parte pela ação das potências imperialistas ocidentais. Como definiu o autor chinês Song Xiaojun, citado por Henry Kissinger:

Incontáveis fatos já demonstraram que o Ocidente nunca vai abandonar sua estimada técnica de ‘negociar na ponta da baioneta’, que refinou ao longo de vários séculos. Vocês acham possível que se devolverem suas armas ao depósito e levarem os cavalos de batalha para o pasto isso vai convencer (o Ocidente) a simplesmente abaixar as armas e comercializar pacificamente? (Xiaojun *apud* Kissinger, 2011, p. 485).

Ainda que a China seja o segundo país que mais investe em arsenal militar, a questão de se estaria disposta a substituir os Estados Unidos no papel de interventor constituiu uma incógnita. Igualmente segue sendo uma questão aberta se seria realmente factível do ponto de vista teórico separar os processos de inovação e acumulação cíclica de capital como condição primordial para habilitar uma nação a emergir como potência hegemônica.

Tais leituras partem de uma visão mais afinada com algumas das teses clássicas da teoria do imperialismo, sobretudo a de que a época se caracterizaria por uma encarniçada e constante disputa entre as nações. As nações imperialistas, para manterem a sua posição, e as demais para tentarem emergir – se não reúnem as condições necessárias para tal, que envolve poderio econômico, político, mas também militar –, ao menos negociam por algum espaço, muitas vezes como sócias menores das nações centrais. Esse debate concretamente na China pós-crise econômica internacional, com ascensão da plataforma ultradireitista de Donald Trump e em meio a novas tensões como as da guerra na Ucrânia, está se reacendendo, e opondo aqueles que defendem um país mais aberto ao Ocidente e os que, por sua vez, retomam uma postura mais inspirada no sentido nacionalista, muito embora remodelado pelas temáticas presentes, não sendo apenas uma proposta de reedição do passado.

## A EMERGÊNCIA DE UMA CHINA MARCADA POR DIVISÕES DE CLASSE

A República Popular da China inicia seu processo de abertura econômica já nos anos de Mao Tsé Tung. Mas essa trajetória está se dando como um longo percurso, com distintos momentos. O processo de edificação do capitalismo tampouco havia sido concluído na China até 1992, quando há um salto de qualidade nas reformas econômicas. Nesse



ano, durante a viagem de Deng Xiaoping às cidades costeiras do Sul, que já haviam se conformado como zonas de maior desenvolvimento das reformas, pela primeira vez, expressaram-se o apoio e o incentivo aos setores da cúpula partidária que defendiam uma abertura mais radical, e menor controle estatal sobre a economia. No XIV Congresso do Partido Comunista chinês, como consequência disso, adota-se de maneira inédita uma resolução que não incluía qualquer menção à planificação, e se estabelecia como objetivo final a construção de uma “economia socialista de mercado” (Martí, 2007).

Essa fórmula híbrida em verdade assume o conteúdo de uma orientação de clara aceleração das reformas que resultam no processo de restauração do capitalismo. Ou seja, se, anteriormente, os objetivos fundamentais da alta cúpula do Partido Comunista eram dinamizar a economia, sem, no entanto, anular suas bases planejadas, agora isso passaria paulatinamente a ser substituído por uma política que terminaria levando a economia de conjunto a se subordinar ao mercado. Isso daria início à edificação do capitalismo chinês, em um ritmo mais acelerado e claro. Tais diretrizes se traduziriam nas votações do Politburo, que, em sua sessão plenária de março de 1992, distribuiu ao conjunto do partido o Documento Central de número 2, contendo os pronunciamentos de Deng Xiaoping feitos em janeiro e fevereiro do mesmo ano. Nesse documento a orientação elaborada por Deng Xiaoping tomaria a forma de diretrizes políticas para todo o partido, fazendo com que a partir de então, pela primeira vez, se declarasse que os principais perigos para a China adviriam não da ala considerada direitista no interior do próprio partido, mas justamente dos setores que poderiam ser considerados os maoístas ortodoxos. Era uma necessidade da cúpula dirigente chinesa forjar uma nova combinação entre as medidas de abertura de mercado e a manutenção do poder político, cuja dominação jamais esteve colocada em questão. A isso deveria corresponder uma nova formação e discurso ideológico. A China, berço da revolução cultural de outrora, daria cada vez mais lugar a uma concepção crescentemente orientada pela noção de eficácia. Dessa forma, Deng Xiaoping separa a devida determinação de classe, que atua como critério último para o marxismo, da noção de que haveria que perseguir o desenvolvimento das forças produtivas como finalidade primordial:

Não há contradições fundamentais entre um sistema socialista e uma economia de mercado [...]. A questão é que métodos devemos usar para desenvolver as forças sociais de produção de uma maneira mais eficaz. O velho método era bom, porque é bom ter um plano, mas de acordo com nossas experiências dos anos passados concluímos que se apostamos somente na planificação, o desenvolvimento das forças produtivas se atrasaria. Assim, se podemos combinar a planificação com a economia de mercado, creio que ajudaremos a libertar as forças sociais de produção e contribuiremos com a sua aceleração. A experiência nos diz que se nos baseássemos para sempre unicamente no sistema econômico do passado, não seríamos capazes de desenvolver a produção social, assim que o que fizemos foi adotar as coisas úteis do sistema capitalista (Poch-de-Feliu, 2009, p. 54, tradução nossa)<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> “No existen contradicciones fundamentales entre un sistema socialista y una economía de mercado [...]. La pregunta es qué métodos deberíamos utilizar para desarrollar las fuerzas sociales de producción de una manera más efectiva. El método antiguo era bueno, porque es bueno tener un plan, pero según nuestras experiencias de los últimos años, llegamos a la conclusión de que si nos centramos sólo en la planificación, el desarrollo de las fuerzas productivas se retrasaría. Por tanto, sí podemos combinar la planificación con la economía de mercado, creo que ayudaremos a liberar las fuerzas sociales de producción y contribuiremos a su aceleración. La experiencia nos dice que si siempre nos basamos únicamente en el sistema económico del pasado, no podríamos desarrollar la producción social, así que lo que hicimos fue adoptar las cosas útiles del sistema capitalista”.

Já no campo, o início das reformas que colocaram em xeque a coletivização da terra data de quase uma década antes, 1982. É desse período que data o desmantelamento das Comunas do Povo. Ainda que oficialmente elas tenham se mantido sob propriedade coletiva, tornava-se cada vez mais claro o crescimento das empresas rurais privadas.

Da mesma maneira, como produto da aceleração das reformas de 1992, tem lugar a elevação da associação entre empresas estatais e privadas, em sua maioria estrangeiras. Segundo Martí (2007), a aceleração da edificação do capitalismo se expressaria em outro documento adotado pelo Partido Comunista, intitulado “O Documento n 4 Entendimento do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre Reforma Acelerada, abertura mais ampla para o patamar superior e como trabalhar para elevar a economia a um patamar superior seguindo um processo melhor e mais rápido”, que pretendia ser a síntese das vias de modernização do país pelo século seguinte, fundamentada, em especial, na abertura mais ampla para o exterior, dando, inclusive, autonomia para a maioria das províncias do país para receber investimento estrangeiro:

Xangai passaria agora a ser a cabeça de um longo dragão, que estenderia terra adentro ao longo do Rio Yangtze, abarcando Wuhu, Jiujiang, Yueyang e Chongqing. Além de regiões interiores, as áreas fronteiriças receberam status de Zonas Econômicas Especiais num esforço para ao aproveitamento de situações especiais. Tratava-se claramente de uma jogada para tirar vantagem da desintegração da União Soviética, cujas antigas repúblicas situadas na fronteira com a China mantinham laços comerciais mais estreitos com seus vizinhos que com Moscou. Propiciou também à China crescente alavancagem tanto política como econômica em relação às suas minorias e respectivas parentelas do outro lado das fronteiras (Martí, 2007, p. 150).

A transformação nas empresas chinesas abarcava tanto o setor não estatal como o estatal. Ocorre, assim, um movimento na política econômica segundo o qual as empresas estatais passariam a ter mais liberdade para definir sua orientação, sendo avaliadas de acordo com o critério de eficácia. Dessa maneira, empresas consideradas ineficientes poderiam ser fechadas, mas as consideradas produtivas receberiam estabilidade a partir de um sistema de contratos, podendo formar corporações, negociações internacionais e instituir elementos de sistema acionário (Martí, 2007).

Deng defendia princípios capitalistas para as indústrias estatais. Lembremos que ele já concedera ao exército liberdade de ação para sair em busca da integração vertical do seu setor industrial. Somente os fortes sobreviveriam à competição. Isso não era medido por rótulos, mas por índices da economia. Deng mais de uma vez declarou que um desenvolvimento econômico moroso equivalia à estagnação, e estagnação levava ao retrocesso (Martí, 2007, p. 155).

Como resultado, o investimento estrangeiro direto avançou mais rapidamente em comparação com as décadas precedentes. Se, em 1978, o montante proveniente de investimento direto na China perfazia cinco bilhões de dólares, a partir de 1992, alcançaria a média de 40 bilhões de dólares. Dessa maneira, pode-se definir que:

A abertura ao exterior foi se dando ao longo de três fases. A primeira (1979-85) desenvolveu-se através da formação de *joint ventures*, isto é, de uma associação entre os conglomerados estrangeiros e as empresas de origem chinesa. Na segunda (1986-91) suspendeu-se a restrição ao limite da participação do capital estrangeiro que ficou autorizado a participar em quantidades superiores a 50%, além de melhorar o já favorável tratamento fiscal, garantir aos *joint ventures* exportadores e tecnologicamente mais avançados um tratamento mais vantajoso, como, por exemplo, o acesso privilegiado ao abastecimento de água e eletricidade, infraestruturas e diversas facilidades de transporte. Na terceira fase de 1992 em diante, depois da derrota da Praça Tiananmen e uma vez assentado o curso restauracionista, a chegada do capital estrangeiro à economia superou todas as expectativas: de 1990 a 2003 ingressaram mais de 480 trilhões de dólares, o que constitui 97% do IED desde 1979/85 (Chingo, 2004, p. 70, tradução nossa<sup>5</sup>).

Nesse sentido, a modernização chinesa se deu a partir de um duplo movimento. Se, por um lado, a China de Deng Xiaoping passaria a adotar um modelo pautado na abertura de seu mercado, enxergando nessa via os caminhos para a tão almejada modernização, internacionalmente, o capitalismo como sistema econômico global também se via obrigado a buscar novas vias de realização de capital. A confluência dessas duas condições explica as formas concretas e determinadas sob as quais a constituição da China tal como hoje conhecemos se deu. Essa variável resulta ser de extrema importância, pois de nada adiantariam os esforços de Deng Xiaoping em atrair um volume considerável de capital estrangeiro se internacionalmente não houvesse uma extrema necessidade por parte dos monopólios em buscar novos nichos de acumulação.

Do ponto de vista da formação das classes sociais, esse processo teve um grande impacto. A edificação do capitalismo em países como a China, a Índia, a Rússia e o bloco do Leste durante as décadas de 1980 e 1990 contribuiu para alterar radicalmente as condições da força de trabalho mundial. De conjunto, acrescentaram cerca de um bilhão e quinhentos milhões de novos trabalhadores, o que, por sua vez, dobrou a força de trabalho mundial até então existente (Poch-de-Feliu, 2009). Essa transformação alterou, de conjunto, a relação entre o capital e a força de trabalho, favoravelmente ao primeiro, na medida em que se aprofunda imensamente o processo conhecido como a desterritorialização. Sob esse termo, designa-se a saída dos grandes monopólios dos países centrais, em que os salários eram qualitativamente mais elevados, em direção aos países outrora vedados ao acesso do capital. Como consequência, isso fez com que os baixos salários pagos pela força de trabalho chinesa terminassem por depreciar a massa salarial mundial. Portanto, a inserção da China no capitalismo transformou-se desde o início em uma questão de relevância mundial.

<sup>5</sup> “La apertura al exterior se fue dando a lo largo de tres fases. La primera (1979-1985) se desarrolló a través de la formación de ‘joint ventures’, es decir, de una asociación entre los conglomerados extranjeros y las empresas de origen chino. En la segunda (1986-1991) se levantó la restricción al límite de la participación del capital extranjero que quedó autorizado a participar en cantidades superiores al 50%, aparte de mejorar el ya de por sí favorable tratamiento fiscal, garantizar a los *joint ventures* exportadores y tecnológicamente más avanzados un tratamiento más ventajoso, como, por ejemplo, el acceso privilegiado al suministro de agua y electricidad, infraestructuras y diversas facilidades de transporte. En la tercera fase, de 1992 en adelante, después de la derrota de la Plaza Tiananmen y una vez asentado el curso restauracionista, la llegada del capital extranjero a la economía superó todas las expectativas: desde 1990 a 2003 ingresaron más de 480.000 millones de dólares, lo que constituye el 97% de la IED desde 1979”.

No plano interno, tentando orientar um programa que abarcasse as reformas econômicas em seu conjunto, em consonância com a orientação delineada por Deng Xiaoping, elaboraram-se diretrizes que, em sua totalidade, aceleravam a substituição do modo de produção anterior pelo capitalismo. Primeiramente, assinalava-se que a aceleração do desenvolvimento econômico deveria se assentar na melhora dos índices de desempenho, entendido num sentido de reestruturação produtiva, e não apenas de novos investimentos. Pela primeira vez, anuncia-se que as empresas estatais que não fossem consideradas eficazes seriam fechadas.

A China combinou duas transformações de grande relevância, de modo a abrir o caminho para a tão almejada modernização. De um lado, iniciou a reconversão da indústria estatal e, de outro, estimulou um amplo processo de liberalização de sua economia, financiado por investimentos diretos estrangeiros. A entrada da China na Organização Mundial de Comércio marcaria o início de anos de turbulência, resultantes da política de fim de benefícios sociais exigidos por aquela organização internacional, dentre os quais se destacavam o fechamento de empresas, ou então suas reconversões. Isso transformou radicalmente a estrutura da classe trabalhadora no interior do país, que passou a se dividir em duas classes trabalhadoras, uma tradicional e detentora de direitos alocada nas empresas estatais, e outra proveniente da mão de obra rural, que se instalaria como força de trabalho dos grandes monopólios, e que seria a protagonista da transformação da China. Esse processo de conjunto, denominado por Rafael Poch-de-Feliu (2009) como a grande reconversão, foi o que fez com que as empresas estatais cedessem espaço na economia do país, quando paulatinamente após o ano de 1998 seriam substituídas pelas empresas privadas, que, nos primeiros anos do século XXI, passaram a constituir-se como responsáveis por mais de 65% do PIB do país e 80% do seu crescimento econômico.

Enquanto a classe trabalhadora chinesa socialista minguava, aparecia pujante, outra classe trabalhadora: um exército de cem a duzentos milhões de emigrantes camponeses muito mais parecidos a uma ‘classe trabalhadora’ no sentido de Marx, por carecer de privilégios e sofrer uma exploração sem paliativos. Durante a grande expansão econômica chinesa dos anos 1990, essa classe não conheceu aumentos de salários, nem horários de trabalho, e sofreu uma grande quantidade de abusos e estafas em suas condições de trabalho. Essa classe trabalhadora rural foi chave para atrair o investimento estrangeiro à China, ocupou os postos nas fábricas de manufaturas para a exportação e os andaimes da grande urbanização e obras de infraestruturas (Poch-de-Feliu, 2009, p. 96, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Essas diferenças entre as duas classes trabalhadoras terminaram por moldar as desigualdades geoeconômicas, com a maioria das empresas estatais localizando-se no

<sup>6</sup> “Mientras la clase obrera socialista china menguaba, otra clase obrera apareció vigorosamente: un ejército de cien a doscientos millones de campesinos emigrantes mucho más parecido a una “clase obrera” en el sentido de Marx, ya que carecían de privilegios y sufrían una explotación sin paliativos. Durante la gran expansión económica china de la década de 1990, esta clase no experimentó aumentos salariales ni de jornada laboral, y sufrió una gran cantidad de abusos y abusos en sus condiciones laborales. Esta clase trabajadora rural fue clave para atraer inversión extranjera a China, ocupó puestos en fábricas manufactureras para la exportación y el andamiaje de grandes obras de urbanización e infraestructuras”.

noroeste do país. Em algumas regiões, como em Liaoning, o desemprego aumentou numa progressão extremamente rápida, aliado a uma proliferação dos casos de corrupção por parte das autoridades locais, responsáveis por levar adiante o processo de reestruturação local. Isso fez com que de um centro pujante no noroeste do país passasse a ser o berço da instabilidade, das greves e manifestações iniciadas logo após a adoção das reformas de 1997, seguindo até o momento atual.

Ainda que o desemprego e a reconversão dos antigos setores estatais tenham sido feitos paulatinamente, tendo ainda mantido localidades em que estes subsistem, os planos de reestruturação das empresas estatais maoístas foram responsáveis pelo aumento da pobreza urbana, com uma média de quarenta e sete milhões de demitidos ao longo das últimas duas décadas. Ademais, é também nessa região que se instalaram, ao longo da década de 1990, as fábricas chinesas privadas, nas quais a mão de obra atuava sazonalmente, criando uma parcela da classe trabalhadora que é sujeita ao desemprego constantemente, e ainda mais precária que os demais setores. A jornada de trabalho durante as duas últimas décadas excede as quatorze horas diárias, com uma legislação trabalhista que não é seguida nem submetida à fiscalização (Poch-de-Feliu, 2009).

Do ponto de vista da classe capitalista que se forja, sobretudo os que se tornaram proprietários de parte de ativos outrora estatais, e que muitos dos quais, cabe lembrar, estavam diretamente ligados ao Partido Comunista, o processo de restauração foi extremamente bem-sucedido:

Para os novos capitalistas que se tornaram proprietários dos ex-ativos estatais, as privatizações (ou as políticas de “reestruturação”) foram feitas de maneira absolutamente favoráveis, num processo que muitas vezes se pareceu mais com a transferência de ativos do que propriamente com a venda. Os beneficiários foram agentes com conexões prévias com as empresas, sobretudo ex-gerentes das fábricas e lideranças políticas locais. Geralmente, eles próprios precificavam o valor dos ativos, o que implicava em preços irrisórios ou muito baixos, perdão de dívidas e crédito subsidiado para os compradores sem capital prévio –um processo que, na literatura, foi resumido como uma “privatização para os de dentro”. Há inclusive inúmeros registros de ex-gerentes ou lideranças que não desembolsaram nada, tendo levado a compra adiante por meio de empréstimos a serem pagos com a lucratividade futura da própria empresa privatizada (Nogueira, 2017, p. 8).

Desde então, a participação internacional das empresas chinesas em determinados ramos elevou-se significativamente. Atualmente, a China não pode ser considerada apenas como uma montadora de componentes dos grandes monopólios estadunidenses e europeus:

Atualmente, a China começa a disputar a liderança em tecnologias da informação e comunicação (as gigantes Huawei, Xiaomi e ZTE estão entre as maiores empresas do setor), trens de alta velocidade (*China South Locomotive* e *Rolling Stock*), energias renováveis (*Trina Solar* e *Yingli Green Energy*), energia solar e eólica (*Goldwind*, *United Power* e *Ming Yang*) e supercomputadores (com tecnologia 100% chinesa, o *TaihuLight*, da empresa *Sunway Systems*, está no topo da lista de computadores mais rápidos do mundo). A formação desses grandes conglomerados acompanhou o surgimento de empresas em segmentos não tradicionais, como a Baidu (motor de busca na *web*, com forte investimento em inteligência artificial e *veículos autônomos*), a *Tencent* (criadora do *WeChat*), a Alibaba (*e-commerce*) e Didi (serviços tipo Uber) (Arbix; Miranda; Toledo; Zancu, 2018, p. 145).

Como efeito direto desse processo, há a formação de uma forte classe capitalista, inicialmente conectada ao Partido Comunista, mas já não mais exclusivamente ligada a este, que disputa no mercado internacional em terrenos nada secundários do mercado tecnológico, com projetos de exportação de capital pelo investimento estrangeiro direto, das quais a Nova Rota da Seda figura como mais relevante. Isso tem legado altos índices de desigualdade social. Atualmente, na China, houve um crescimento no número de bilionários. Em 2020, o país contava com 456 bilionários, e, apenas um ano depois, esse número salta para 698, diminuindo a diferença com os Estados Unidos, que no mesmo período contava com 724 bilionários. No ano de 2022, o PIB *per capita* chinês alcançou US\$ 12.741, o que equivale a um quinto das economias desenvolvidas, e um sexto dos Estados Unidos. Em 2021, o PIB *per capita* da China ocupou o 68º lugar no mundo, enquanto seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ficou em 79º lugar (Min, 2023).

Dessa forma, o crescimento chinês que tanto suscitou debates ao longo das últimas décadas não resultou em uma constituição social sequer aproximada do Estado de Bem-Estar promovido nos países centrais após a Segunda Guerra Mundial. O debate sobre a permanência de certo controle estatal na economia chinesa, que esteve na base da tese de Arrighi de que haveria ali uma “economia de mercado não capitalista”, embora ainda tenha defensores, encontra um contraponto justamente nesses dados, que indicam que, apesar disso e de uma maior regulação financeira quando se compara a situação chinesa com a dos países centrais europeus, e nem falar dos Estados Unidos, o que se teceu no país foi uma economia capitalista com características específicas, mas ainda assim capitalista. Ao remeter-se a uma leitura de Adam Smith – que enfoca na riqueza das nações e nos processos de acumulação de capital, que indubitavelmente se aceleraram durante as reformas iniciadas por Deng Xiaoping –, Arrighi realiza uma análise demasiadamente otimista das perspectivas abertas. Isso vale, também, para o plano da projeção internacional chinesa e sua potencialidade para ocupar o papel de novo *hegemon*. Como o próprio Arrighi destacou em diversas obras anteriores, o processo de declínio das potências hegemônicas e a ascensão de novas é algo que historicamente gesta enfrentamentos conflituosos e até mesmo belicosos, exigindo do postulante a novo *hegemon* uma plataforma ofensiva e direta, em escalas muito superiores às que a China tem se postulado até o momento na geopolítica internacional e militar, bem como no plano interno.

Em contrapartida, a China, que se transformou na segunda economia mundial e segue em plena e constante mudança, ainda que tenha características específicas, não parece ter escapado à apropriação privada dos meios de produção e da riqueza produzida, o que gerou não apenas uma burocracia governante, como uma classe capitalista numerosa e forte e, mais importante, não exclusivamente aderente às diretrizes, tal como destacou recentemente Jack Ma, da Alibaba, quando criticou publicamente o governo chinês pelas regulamentações vigentes. As indagações sobre como serão respondidas essas pressões, mais importantes que as vindas da classe capitalista nativa, as da classe trabalhadora, selarão os destinos da China. A esse respeito, já é possível atestar que suas contradições atualmente são capitalistas.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Las antinomías de Antonio Gramsci**. Buenos Aires: Ediciones Akal, 2018.
- ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; TOLEDO, Demétrio; ZANCU, Eduardo. Made in China 2025 e Industrie 4.0. A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 143-170, 2018.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- CHINGO, Juan. Mitos y realidades de la China actual. **Revista Estrategia Internacional**, Buenos Aires, v. 1, n. 21, 2004. Disponível em: <https://www.ft-ci.org/Mitos-y-realidades-de-la-China-actual?lang=es>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- DOTTSCHALCH, Wilfried. Desenvolvimento e crise do capitalismo no pensamento de Rudolf Hilferding. In: GRANJA, Sergio; ROBAIMA, Roberto. **Economia & Dialética**: seleção de textos marxistas. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2011. (Coleção Marxismo Aberto). p. 60-84.
- HAAS, Richard N. “The Age of Non-Polarity: What Will Follow U.S. Dominance?”. **Foreign Affairs**, 3 maio 2008. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2008-05-03/age-nonpolarity>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- HILFERDING, Rudolf. **Finance Capital**. A Study of the Latest Phase of Capitalist Development. London: Ed. Tom Bottomore. 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/hilferding/1910/finkap>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- HOBSON, John Atkison. **Imperialism**: A Study. Ann Harbor: University of Michigan Press, 1965.
- HUSSON, Michel. **Finança, hiper-concorrência e reprodução de capital**. Paris: PUF, 2006.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. São Paulo: Editora Objetiva, 2011.
- MARTÍ, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2007.

MIN, Tian. China sempre pertence ao grupo dos países em desenvolvimento. **Consulado geral da república popular da China no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2023.

Disponível em: [https://riodejaneiro.china-consulate.gov.cn/pot/zlgxw/202308/t20230831\\_11136341.htm](https://riodejaneiro.china-consulate.gov.cn/pot/zlgxw/202308/t20230831_11136341.htm). Acesso em: 12 fev. 2024.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e capital em uma China com classes.

**Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1,

p. 1-23, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Yw5R7FYckMDNF9Nq8pGYZbT/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 12 fev. 2024.

LÊNIN, Vladimir. O imperialismo, fase superior do capitalismo. *In*: LÊNIN, Vladimir.

**Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Progresso, 1984. Disponível em: [www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo](http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo). Acesso em: 12 fev. 2024.

POCH-DE-FELIU, Rafael. **La actualidad de China**: un mundo en crisis, una sociedad en gestación. Madrid: Editora Crítica, 2009.